

Complexidade e Ocupação do Planalto Sul-Brasileiro: Um olhar a partir de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, Brasil.

Marcus Vinícius Beber*

BEBER, M.V. Complexidade e Ocupação do Planalto Sul-Brasileiro: Um olhar a partir de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, Brasil. *R. Museu Arq. Etn.*, 27: 168-178, 2016.

Resumo: A Arqueologia do Planalto Sul Brasileiro tem tido uma onda de novos trabalhos e novas abordagens ao longo dos últimos vinte anos, novas propostas e novos enfoques tem permitido rediscutir antigos paradigmas, modelos interpretativos e a compreensão dos fenômenos identificados. Procurou-se aqui, discutir, parte desses modelos a partir de dois enfoques: primeiro uma revisão dos trabalhos já produzidos e por outra a retomada das pesquisas na Área Arqueológica de São José do Cerrito, SC. A partir dessa abordagem, foi possível lançar novas luzes sobre a discussão de emergência de complexidade entre as populações Jê meridionais.

Palavras-chave: Arqueologia do Planalto Sul Brasileiro; Casas subterrâneas; Jê Meridionais.

A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro tem tido um crescimento bastante significativo desde a última década do Século XX. Os novos trabalhos oferecem novas abordagens, novos questionamentos e, em função deles, muito do que sabemos sobre a Arqueologia do Planalto tem sido reescrito.

Trabalhos como os desenvolvidos desde o ano de 1998 pelo Instituto Anchieta de Pesquisas em áreas do Planalto Sul Brasileiro, mais especificamente no Município de Vacaria-RS (Schmitz *et al.* 2002), São Marcos-RS (Rogge e Schmitz 2009), Taió (Schmitz *et al.* 2009) e atualmente no Município de São José do Cerrito-SC, têm permitido um aporte significativo de novos dados e informações sobre a questão.

O Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, foi pesquisado inicialmente por Maria José Reis (Reis 1980). O trabalho consistiu na dissertação de mestrado da autora. No seu trabalho, identifica 104 sítios nos Municípios de Lages, Bom Retiro, São José do Cerrito, Ponte Alta do Sul, Concórdia, Chapecó, São Carlos, Palmitos, Pinhalzinho, Ipumirim, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Capinzal e Água Doce. No Município de São José do Cerrito, levanta 42 sítios com casas subterrâneas¹, montículos e dançeiros; sítios formam conjuntos e estão separados por espaços vazios.

Ao redor da sede do Município de São José do Cerrito encontra-se uma concentração de 15 sítios, todos situados em um raio de aproximadamente 2.000 m, com 69 casas subterrâneas e

(*) Pesquisador do Instituto Anchieta de Pesquisas e Professor do Curso de História - Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. <mvbeber@gmail.com>

1 Consideramos aqui o conceito de "Casa Subterrânea" na sua concepção mais ampla sem que isso implique em definições de funcionalidade. Conforme Beber (2005: 8).

4 aterros. Os assentamentos podem ter desde 1 até 18 casas subterrâneas.

Estimulados pelos resultados obtidos em 2007, uma equipe do Instituto Anchietao de Pesquisas retorna a São José do Cerrito e inicia a localização dos sítios identificados por Maria José Reis (Reis 1980). Os trabalhos continuaram em janeiro de 2008 e janeiro de 2009, janeiro e maio de 2010, janeiro de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

A pesquisa realizada até o momento pela equipe voltou-se para os sítios identificados próximos à sede do Município, localidade conhecida como Boa Parada, e também na localidade de Rincão dos Albinos.

A volta aos sítios mostrou que o trabalho de Maria José Reis apresentou bastante precisão na localização, ainda que com vários problemas quanto à falta de dados. Também, em vários casos, as plantas topográficas estavam incompletas (faltavam registrar algumas estruturas subterrâneas e aterros) ou imprecisas (norte fora de posicionamento). Identificaram-se outros sítios próximos que não haviam sido registrados e tampouco mapeados ou mesmo topografados.

As pesquisas no Planalto Sul Brasileiro estão relacionadas ao estudo dos assentamentos dos grupos portadores da cerâmica Taquara/Itararé, construtores do que se convencionou chamar Casas Subterrâneas.

A Tradição Taquara foi definida inicialmente por Eurico Miller (1967). Caracteriza-se pela cerâmica, pelos trabalhos de movimentação de terra para construção de depressões semicirculares ou elipsóides conhecidas como "Casas Subterrâneas", pelos montículos, pelas áreas entaipadas e pelos sepultamentos em grutas.

A cerâmica é pequena com uma decoração plástica composta, em muitos casos, pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos, além de fragmentos sem decoração.

A Tradição Itararé foi definida por Igor Chmyz (1967). Caracteriza-se por sítios a céu aberto localizados nas margens de rios como: Itararé, Paranapanema, Iguaçú, Piquiri, Paraná. No litoral, é encontrada na baía de Paranaguá, na baía de Antonina e na baía de Guaratuba; no Estado de Santa Catarina, consta no vale do rio Pinheiros, na ilha de São Francisco do

Sul, na praia das Laranjeiras, na ilha de Santa Catarina, no planalto.

A cerâmica é definida como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a uma coloração que pode ser vermelha ou cinza e preto. Estão alisadas ou polidas e as paredes externas frequentemente são brunidas a ponto de refletir a luz incidente. Em alguns casos, apresenta decoração plástica como unglados, ponteados, incisos, carimbados, que em poucos casos ultrapassa os 10% do total da cerâmica.

As pesquisas iniciaram-se por ocasião do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, entretanto outros pesquisadores, não vinculados ao programa formalmente, também desenvolveram pesquisas no Planalto Sul Brasileiro, especialmente a equipe capitaneada pelo Instituto Anchietao de Pesquisas - IAP, que desenvolveu levantamentos e escavações no Rio Grande do Sul entre os anos de 1966 e 1970.

No Estado de Santa Catarina, registra-se a intensa atividade de pesquisa do Jesuíta João Alfredo Rohr responsável pelo levantamento de inúmeros sítios no planalto e pela defesa dos Sambaquis do litoral.

As pesquisas sofrem um declínio na segunda metade da década de 70 e nos anos 80, quando a maioria das equipes voltam seus trabalhos para outros estados brasileiros. Alguns projetos continuam sendo executados e resultam em trabalhos como a dissertação de mestrado de Maria José Reis (1980), os levantamentos arqueológicos realizados por Mentz Ribeiro e Ribeiro (1985) no Município de Esmeralda, Nordeste do Rio Grande do Sul, e os trabalhos de Kern *et al.* (1989a, b) no Vale do Rio Pelotas.

O tema retorna novamente como objeto de pesquisa somente na segunda metade da década de 1990, quando as equipes retomam os trabalhos nos estados do sul. A equipe de arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul inicia o Projeto *Pré-História do Planalto Sul-riograndense: estudos de paisagens arqueológicas em Bom Jesus e São José dos Ausentes, Rio Grande do Sul*, em 1996. O Instituto Anchietao de Pesquisas implementa, em 1998, o Projeto *Vacaria*, depois o Projeto Taió, Projeto São Marcos, e atualmente o Projeto São José do Cerrito. Além destes, temos

ainda trabalhos de salvamento arqueológico em obras de impacto ambiental como Monticelli e Landa 1999, De Masi 2002, Caldarelli e Herberts 2002, Copé e Saldanha 2002, Copé, Saldanha e Cabral 2002 e, mais recentemente, "Jê Landscapes of Southern Brazil" (um projeto internacional envolvendo a Universidade de Exeter - Inglaterra e várias outras universidades Brasileiras e Norte Americanas) que procura compreender os sistemas de assentamento e padrões de evolução arquitetônica e funerária das populações Jê no Sul do Brasil.

Nestes quarenta anos de pesquisas no Planalto Sul Brasileiro, foram identificados ao menos cinco tipos de sítios diferentes: casas subterrâneas, abrigos com sepultamentos, áreas com cerâmica dispersa, áreas entaipadas e áreas com montículos ligados à mesma cultura.

As casas subterrâneas, também conhecidas como buracos de bugre, são percebidas como depressões circulares ou hemisféricas no interior da mata de araucária. Foram definidas como estruturas subterrâneas por Maria José Reis: "(...) todos aqueles espaços vazios construídos, representados por concavidades no solo, de forma e dimensões variadas, além de várias funções" (Reis 1980: 75).

La Salvia (1983) afirma existirem casas subterrâneas e casas semi-subterrâneas, diferenciadas a partir de sua profundidade e tamanho. As casas subterrâneas seriam aquelas em que um homem pode permanecer em pé e o telhado ficaria rente ao solo; as casas semi-subterrâneas são parcialmente enterradas tendo parte da parede construída sobre o solo e encimada por um telhado.

José Alberione dos Reis sugere que as "casas subterrâneas" ou Buracos, como ele mesmo define, poderiam ter outras funções tanto sociais, morfológicas, religiosas ou funcionais que apenas casas-habitação, mas aponta que para estas respostas são necessários novos trabalhos empíricos.

"Talvez a facilidade propiciada pelos vestígios encontrados dentro dos buracos tenha levado os arqueólogos a uma "sedução" conceitual de casa como habitação e sua generalização. Porém, se busca-se uma classificação dentro de um contexto, desafios e problemas são provocados

e encetam a pesquisa a outras fontes que não apenas arqueológicas. Estas poderão subsidiar uma prática transdisciplinar, outras classificações que informem sobre funções em termos sociais, religiosos, morfológicos, ambientais que os buracos congregam" (Reis 1997: 52).

Schmitz (2003) afirma que se tratam de unidades habitacionais com uma estrutura aérea do tamanho da depressão ou mesmo maior que ela. Em função disso, sugere a definição de *Casas com pisos rebaixados*, visto se tratar de habitações com um piso mais baixo que o nível do solo.

Em termos adaptativos, as Casas Subterrâneas foram apontadas como uma forma de proteção contra o frio do inverno, especialmente porque ocorrem preferencialmente nas áreas onde predomina a *Araucaria angustifolia* no Planalto Sul Brasileiro. Ainda que esta tenha sido uma opinião bastante generalizada na literatura, conforme percebemos em Reis (1980: 213), Mentz Ribeiro (1980: 21), La Salvia (1983: 8) e Schmitz (1988 *et al.*: 118), devemos considerar a afirmação de Schmitz (2003), que sugere que o investimento de trabalho na construção de uma casa subterrânea não se explica unicamente como estratégia de proteção contra o frio, mas estaria vinculado à necessidade de defesa dos recursos representados pelo pinhão.

As casas subterrâneas podem ocorrer isoladas ou em conjuntos de até 68 unidades. Podem apresentar formato circular ou elipsóide, sendo que são normalmente descritas nos trabalhos como circulares.

Nos mesmos sítios onde são encontradas as casas subterrâneas, podem também serem identificados depósitos de terra com um formato circular ou elipsóide e que foram denominados, nos trabalhos arqueológicos, como montículos. Estes podem ocorrer próximos às casas ou formar conjuntos. Em alguns casos são o acúmulo dos sedimentos provindos da construção das casas e em outros casos parecem intencionalmente construídos sem estarem necessariamente relacionados com casas subterrâneas.

A partir dos relatos históricos, foram interpretados como estruturas funerárias, semelhante ao descrito por Mabilde (1988: 154) quando este acompanha o sepultamento de um cacique

entre os Kaingang. Neste sentido, o trabalho de Müller (2008) confirma esta hipótese a partir da análise de ossos humanos identificados em três sítios no vale do Rio Pelotas.

Outro tipo de evidência que pode ser encontrada associada aos sítios com casas subterrâneas são as áreas entaipadas. Apresentam-se como cordões de terra, com cerca de 40 a 50 centímetros de altura, delimitando uma área maior; podem ser circulares, retangulares ou elipsóides. Normalmente apresentam uma abertura em um dos lados. Podem também conter em seu interior um ou mais montículos.

Ocorrem, ainda, pequenos abrigos com sepultamentos, sempre próximos a áreas onde encontramos sítios com casas subterrâneas. Esses abrigos apresentam os restos humanos dispersos, sem conexão anatômica, sem crânios, na sua maioria levados pelos moradores locais ou então foram partidos, restando apenas fragmentos.

Além do Planalto, a cerâmica da Tradição Taquara e Itararé foi encontrada em sítios litorâneos, especialmente no Estado de Santa Catarina e do Paraná. As relações entre as ocupações litorâneas e o Planalto ainda é um tema a ser melhor desenvolvido.

A Arqueologia do Planalto Sul Brasileiro teve suas pesquisas norteadas em muito pelo paradigma histórico-cultural do PRONAPA, e neste sentido, ofereceu uma primeira organização do conhecimento.

As pesquisas mais recentes procuram oferecer novos temas, voltados especialmente à compreensão do padrão de assentamento, à composição e diacronia destes sítios, e mais recentemente, compreender a organização social e como esta pode ser percebida a partir do registro arqueológico. Estamos pensando especialmente nos trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1990.

Nesse sentido, a compreensão do sistema de assentamento, sua composição e organização são os elementos chaves na elaboração de um quadro mais efetivo do que tenha sido a ocupação, bem como as estratégias adaptativas destas populações.

O padrão de assentamento, enquanto ferramenta analítica, foi amplamente discutido na literatura arqueológica e mais intensamente uti-

lizado a partir dos trabalhos de Gordon Willey no Vale do Viru, no Peru (Willey 1953). Desde então, vários autores discutiram e utilizaram o termo.

Padrão de assentamento significa não só a padronização dos sítios arqueológicos, mas o significado que esta padronização expressa em termos de utilização do espaço, exploração do ambiente e organização social. Em última instância, quais são os elementos priorizados pelas populações pré-coloniais na escolha e quais as funções atribuídas a este assentamento.

Deve-se ter presente que um dado sítio pode representar tanto um momento único, resultado de uma única ocupação, como a soma de diferentes ocupações ao longo do tempo e, portanto, reflexo de diferentes padrões de assentamento, sem que isto implique necessariamente, em continuidade temporal ou cultural.

O crescimento acentuado do interesse pela Ecologia em todos os níveis nos últimos anos trouxe significativas contribuições para a arqueologia. Tal interesse aportou na Antropologia e nas Ciências Sociais, através do desenvolvimento dos estudos em Ecologia Humana e Ecologia Cultural, trazendo questões ligadas à relação entre as sociedades e o meio ambiente.

Esta nova abordagem procura explicitar as relações que se estabelecem entre a sociedade humana e o meio ambiente a partir das interações dinâmicas entre as duas esferas. A grande contribuição da Ecologia Cultural foi perceber a adaptação humana como um sistema que integra uma diversidade de subsistemas que interagem como parte de um todo interdependente. Sendo assim, a cultura material é percebida como um subsistema do sistema cultural, e, portanto, suas determinantes não são apenas relacionadas à funcionalidade, por exemplo, mas estão em relação com as demais esferas do sistema cultural, podendo também assumir outras significações.

Não se pode perder de vista que o sistema de assentamento é formado pelos diferentes padrões de assentamento que dele fazem parte. Retomamos novamente Forsberg.

“Settlement patterns can be said to exist on different levels: 1) Patterning can occur within

a house structure which bears social meaning, 2) Patterning can also occur on the site level, where different social units are dispersed on a site according social or other rules, 3) Patterns also exist on the regional scale as described above” (Forsberg 1985: 9).

Por outro lado, somente a partir dos anos 1990, mais especificamente no desenvolvimento das pesquisas de Schmitz (Schmitz *et al.* 2009), Rogge (Rogge e Schmitz 2009), Copé (2006), Araujo (2001) entre outros, as pesquisas evoluíram no sentido de perceber como o sistema de assentamento das populações portadoras da Tradição Taquara/Itararé estariam indicando sistemas hierarquizados ou mesmo sistemas de Chefaturas. Uma interessante contribuição neste sentido foi o trabalho de Iriarte e Behling (2007) que indica o crescimento da mata com araucária associada à expansão da tradição Taquara/Itararé.

O conceito de Chefaturas, proposto inicialmente por Oberg (1955), foi logo depois apropriado por Steward e Faron (1959), no entanto foi com o trabalho de Elman Service (1975) que o conceito tomou corpo através de uma formulação evolutiva: bandos, tribos, chefaturas e estados. Quase paralelo a isso, Morton Fried (1967, 1968) desenvolve o conceito de sociedades hierárquicas e sociedades estratificadas. Redman (*apud* Alcina Franch 1986) recoloca a discussão em termos globais distinguindo sete níveis ou horizontes diferentes no processo evolutivo, desde os caçadores-coletores até os estados nacionais.

Para Service (1975), a cultura é o instrumento a partir do qual as sociedades domesticam e governam seus membros, criam e mantêm sua complexa organização social, sem esquecer que a cultura possui ainda funções tecnológicas, econômicas, religiosas, artísticas entre outras, e sugere uma classificação para as sociedades humanas, dividindo-as em uma tipologia de bandos, tribos e chefaturas.

Para Alcina Franch (1986: 267), chefatura é definida como:

“Para la definición del concepto de jefatura utilizaremos el modelo icónico representado en

el gráfico 1, en el cual juegan un papel central las unidades definidas con los términos de: jefe, cabecera y almacenes, ya que estamos considerando como concepto relacional fundamental el de redistribución a partir del Jefe, Cacique o Señor. (...) Todo el modelo, como decimos, gira en torno a estas unidades, de manera que en conjunto se puede considerar como un sistema in-put/out-put en el que una serie de subsistemas generalmente situados en el parte superior del gráfico proporcionan "bienes" al sistema concentrados en los almacenes mientras el Jefe redistribuye esos "bienes" entre otra serie de segmentos de la sociedad representados ordinariamente en la parte inferior del gráfico los cuales vienen a constituir, de forma embrionaria, la estructura burocrática y de poder del Estado”. Alcina Franch (1986: 267).

E propõe como tipologia (Alcina Franch 1986: 273):

- a) sociedades com sistema redistributivo de tubérculos, sem técnicas de conservação de alimentos nem sistemas de armazenagem;
- b) sociedades com sistema redistributivo de tubérculos, com técnicas de conservação e sistemas de armazenagem;
- c) sociedades com sistema redistributivo de cereais, com técnicas de conservação e sistemas de armazenagem.

Como forma de aplicar o conceito e sua verificação empírica, propõem 24 indicadores para a existência de chefaturas. São eles: existência de chefes, caciques ou senhores, séquito de esposas, casamento entre irmãos, séquito de nobres, categorias de indivíduos ou linhagens, antepassado comum, população, densidade populacional, capital da chefatura, aldeias, cultivo de túberculos e/ou cereais, excedentes de produção alimentar, excedentes de produção artesanal, sistemas redistributivos, tributos, mercados, especialistas religiosos, rituais religiosos complexos, rituais funerários, templos e edifícios religiosos, artesãos de tempo integral, objetos suntuários ou obras de arte. É importante destacar que a avaliação desses indicadores é qualitativa até porque alguns deles não são observáveis em contextos arqueológicos. É o conjunto dos indicadores que indica a existência ou não de uma chefatura.

Outra tentativa de aplicação do conceito de chefatura foi feita por Snarskis (1987), que propõe cinco indicadores ao invés de 24. São eles: disponibilidade do ambiente, densidade demográfica, base econômica, padrão de assentamento e as relações externas.

Bandy (2001), por sua vez, chama a atenção de que o modelo de chefatura foi criado a partir de dados etnográficos que são bastante diferentes dos grupos pré-históricos, e mais ainda: que a criação de tipologias sociais é um método de trabalho da evolução geral e seus modelos de estudo criaram uma dicotomia entre sociedade primitiva e sociedade civil.

Uma das dificuldades apontadas por Bandy é de que os trabalhos sobre arqueologia dos assentamentos estão sendo desenvolvidos de forma sincrônica quando na verdade lidam com uma realidade diacrônica. Sua sugestão para superar essa limitação é a utilização dos estudos longitudinais, que levam em consideração o crescimento populacional, o abandono dos sítios, e o relativo crescimento de um deles em relação à região (Bandy 2001: 19).

Assim, a compreensão dos sítios arqueológicos como parte de um sistema de assentamento que apresenta uma dinâmica tanto sincrônica como diacrônica, explorando um espaço a partir de uma rede de relações multidirecionais, envolvendo ambiente e cultura, permite aprofundar a compreensão dos fenômenos culturais, representados pelos grupos humanos que habitaram o Planalto Sul Brasileiro.

O Sistema de Assentamento, por sua vez, é a visão dinâmica que permite integrar os diferentes padrões de assentamento como parte de um sistema dinâmico no tempo e espaço.

Nesta mesma perspectiva de trabalho, temos a proposta da arqueologia da paisagem que se consolida na bibliografia arqueológica a partir da metade da década de 70. Podem ser identificadas ao menos cinco tendências (esteticistas-reconstrutivistas, morfológicas, ambientalistas e economicistas e, por último, sintéticas). A última delas entende que “*na paisagem é possível reconhecer uma complexa rede de relações multidirecionais e dinâmicas, por isso a arqueologia da paisagem é uma perspectiva metodológica adequada para o estudo das sociedades*” (Orejas 1988: 14).

A grande virtude da arqueologia da paisagem é a de integrar diferentes correntes teóricas, muitas delas da própria arqueologia, e reuni-las a partir de uma visão sintética da paisagem. Nesse sentido, são fundamentais os diferentes aportes, vindos de cada especialidade: arqueologia espacial, paleoecologia, geomorfologia, apenas para citar algumas, deixando claro, porém, a necessidade de uma visão integrada, e que a paisagem é antes de tudo uma construção nascida da interação do homem com o ambiente.

A discussão dos aspectos relativos à organização das sociedades depende também da busca de indicadores que permitam cotejar a abordagem teórica com situações concretas. Neste sentido, a realidade arqueológica identificada no Município de São José do Cerrito permite que alguns destes aspectos sejam cotejados com dados empíricos.

A quantidade de sítios identificados, bem como sua diversidade, nos obriga a compreender sua distribuição no espaço como parte de um, ou vários, sistemas de assentamentos. Além disso, esses sistemas podem estar indicando sociedades hierarquizadas, a julgar pelas diferenças morfológicas dos sítios, uma vez que a construção de casas subterrâneas de grandes dimensões implica na organização do trabalho e na existência de mão-de-obra disponível para tal tarefa.

Em que medida é possível relacionar os diferentes tamanhos de casas subterrâneas como indicador de hierarquia social de seus habitantes? Blitz (1999), trabalhando com chefaturas no Vale do rio Mississippi, identifica unidades políticas básicas a partir da construção de *mounds*, de que forma não podemos ver nas casas subterrâneas um fenômeno semelhante.

Outra questão importante está em encontrar indicadores que permitam compreender qual a função que as diferentes casas desempenham na estrutura de assentamento do grupo. Os montículos e as áreas entaipadas refletem espaços cerimoniais? Qual a importância destes espaços dentro do sistema de assentamento destas populações? Os abrigos com sepultamentos indicam diferenças sociais, cronológicas ou funcionais?

Trabalhos como de Reis (1980) indicam a existência de um conjunto de 15 sítios em um raio de aproximadamente 2.000 m, com 69

casas subterrâneas e 4 aterros. Neste conjunto, temos sítios com apenas uma casa subterrânea e outros com 18. Seguramente trata-se de um espaço privilegiado, ou com uma grande densidade demográfica, ou ainda uma grande persistência temporal, ou talvez ambos. Qual a significação deste tipo de organização em termos sociais, funcionais e cronológicos? Eles podem estar indicando uma organização social complexa?

Com isso, compreender o sistema de assentamento da área, sua profundidade temporal, sua variabilidade e as inter-relações entre meio-sociedade permite fazer uma primeira aproximação à dinâmica cultural, representada por uma população que explora e maneja este espaço.

Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos, bem como a multiplicidade de evidências, permitem antever, a partir desses testemunhos materiais no Planalto Sul Brasileiro, sociedades que desenvolveram estruturas complexas de organização, bem semelhantes ao que é proposto para o conceito de Chefaturas, uma vez que vários de seus pré-requisitos parecem preenchidos.

A cobertura atual da Floresta Ombrófila Mista alcança apenas 20.000 km² contra 175.000 km² da cobertura original, o que equivale a pouco mais de 11%.

A *Araucaria angustifolia* está distribuída nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo e em algumas áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A maior disponibilidade do pinhão ocorre nos meses de abril e maio, entretanto Reitz e Klein (1966) reportam a existência de quatro variedades diferentes de Araucária, baseados na época de frutificação (tabela 1). São elas:

Araucaria angustifolia santi josephi, vulgarmente conhecido como Pinheiro-São-José, Pinhão-São-José, identificada no Planalto de Santa Catarina, Municípios de São Joaquim e Bom Jardim; os frutos amadurecem nos meses de fevereiro e março;

Araucaria angustifolia angustifolia ou Pinheiro-Brasileiro; diferencia-se por apresentar os pinhões vermelhos; frutifica nos meses de abril e maio;

Araucaria angustifolia caiova, também chamada de Pinheiro-Caiová, Pinheiro-Cajová e Pinheiro-Cajuvá tem seus frutos nos meses de junho e julho;

Araucaria angustifolia indehiscens, denominada popularmente de Pinheiro-Macaco, seus frutos estão maduros entre os meses de setembro e janeiro. O que diferencia essa variedade das demais é o fato de sua pinha não se desagregar, sendo comum os macacos arrancarem os pinhões diretamente no topo das árvores, provindo daí seu nome popular de Pinheiro-Macaco (Reitz e Klein 1966).

Não devemos desconsiderar ainda a quantidade de outras espécies vegetais que estão presentes na Floresta Ombrófila Mista, bem como uma grande variedade faunística, tanto de aves como ictiofauna.

	mês de maturação do pinhão											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
<i>Araucaria angustifolia santi josephi</i>		x	x									
<i>Araucaria angustifolia angustifolia</i>				x	x							
<i>Araucaria angustifolia caiova</i>						x	x					
<i>Araucaria angustifolia indehiscens</i>	x							x	x	x	x	x

Tabela 1: Época de frutificação das diferentes variedades de *Araucaria angustifolia*. **Fonte:** Reitz e Klein 1966.

Considerando agora os dados apresentados por Reitz e Klein (1966), teríamos a oferta de pinhão durante o ano inteiro. Entretanto, não possuímos dados quanto à densidade de cada variedade em uma porção de mato. Essa carência impossibilita identificar a disponibilidade quantitativa das sementes em cada mês e o quão representativas poderiam ter sido para as populações humanas do passado.

Não se pode deixar de considerar que o pinhão está na base de toda cadeia alimentar que envolve aves, mamíferos, répteis, enfim, serve de alimento para a fauna, que por sua vez propaga-se por toda a cadeia trófica, coincidindo o período de frutificação do pinhão com um incremento da disponibilidade dos recursos da caça.

Outro indicador que podemos considerar é o fato de termos grupos humanos controlando amplos territórios, a julgar pela distribuição das Casas Subterrâneas e da cerâmica Taquara/Itararé, além dos relatos históricos quanto à importância de Chefes como Cacique Doble, por exemplo.

Nesse sentido, convém observar a composição dos Sítios. As casas subterrâneas podem ser de vários tamanhos, porém predominam as que têm até 5 m de diâmetro.

As dimensões variam de pouco mais de 2 até perto dos 20 m de diâmetro. Predominam as casas com até 5 m de diâmetro - pequenas - as quais correspondem a 66,03% dos casos, depois entre 5 e 10 m - médias - com 27,97%, os

últimos 6,00% para as casas a partir dos 10 m de diâmetro - grandes (Beber 2004).

Os sítios são compostos pela justaposição dessas estruturas, que não implica a sua contemporaneidade, de tal forma que os grandes conjuntos parecem ser indicadores de uma persistência temporal mais do que uma alta densidade populacional, assim podem estar compostos por casas pequenas (31,51%); médias (19,86%) e grandes (7,53%). Os conjuntos de casas no mesmo sítio podem ser de pequenas e médias (30,14%); pequenas e grandes (2,05%); médias e grandes (4,79%) e pequenas, médias e grandes (4,11%), conforme a figura 1 (Beber 2004).

Assim, as aldeias deveriam estar compostas, em cada período, por duas ou três habitações, podendo reocupar as que estavam abandonadas de temporadas passadas, ou especialmente construir novas.

Um último elemento a ser agregado à discussão é a existência de estruturas cerimoniais, não descartando a possibilidade de que as casas subterrâneas não possam ter assumido essas funções, especialmente as de grande porte. Podemos identificar ao menos dois tipos de estruturas cerimoniais entre os grupos Jê do Planalto Sul Brasileiro: os montículos funerários e as áreas entaipadas, também chamadas de danceiros.

Junto às estruturas subterrâneas maiores são encontrados, recorrentemente, montículos que são o depósito dos sedimentos retirados no momento de sua construção. Nestes casos, apresentam a estratigrafia invertida e um volume

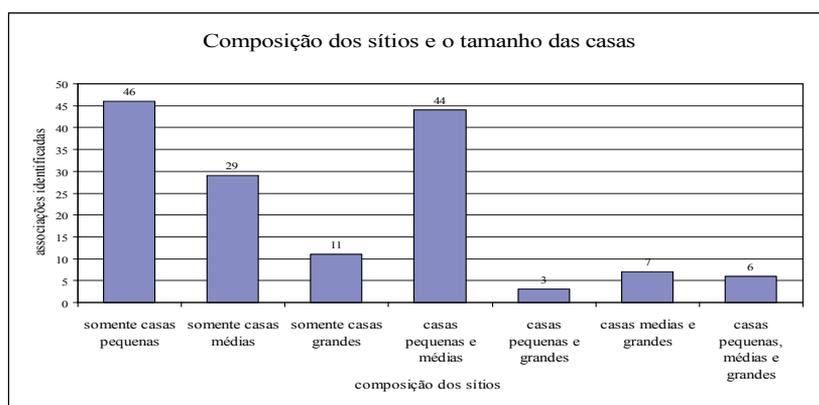


Fig. 1. Composição dos Sítios e tamanho das casas.

compatível. Outra utilização para esses sedimentos seria o nivelamento das bordas mais baixas das casas de forma a equiparar-lhes à altura. Além disso, podem também estar associados às áreas entaipadas (danceiros).

Os danceiros apresentam-se como cordões de terra, com cerca de 40 a 50 cm de altura, delimitando uma área circular, retangular ou elipsóide. Normalmente apresentam uma abertura em um dos lados. Podem também conter, em seu interior, um ou mais montículos de terra. Uma característica importante desses sítios é o fato de estarem em áreas planas, no alto dos morros, próximos a pequenas lagoas ou nascentes de arroios.

Não se pretendeu aqui esgotar os dados disponíveis, porém, pelos elementos já apresentados, acreditamos que o avanço das pesquisas e

o acréscimo de novos dados, com novas metodologias que ora estão sendo desenvolvidas no Planalto Sul Brasileiro, certamente contribuirão para aprofundar muitas das ideias já levantadas, mas ainda carentes de dados conclusivos que lhes dêem sustentação.

Agradecimentos

Ao MAE-USP, nas pessoas da Profa. Dra. Marisa Coutinho Afonso e Profa. Dra. Fabíola Andréa Silva, pelo convite e possibilidade de participação no evento.

Ao Instituto Anchietao de Pesquisas, por participar da equipe e dos trabalhos, discutindo e construindo mais um pequeno degrau no conhecimento sobre o passado pré-colonial brasileiro.

BEBER, M.V. Complexity and Occupation of the southern Brazilian highlands: a look at São José do Cerrito, State of Santa Catarina, Brazil. R. Museu Arq. Etn., 27: 168-178, 2016.

Abstract: The Archaeology of southern Brazilian highlands had new fieldworks and new approaches during the last twenty years; new proposals and new points of view allowed a discussion of old paradigms, interpretative models and the understanding of the identified phenomena. We intend to discuss these models from two approaches: first a review of works already produced and second the continuation of fieldwork in the Archaeological Area of São José do Cerrito, SC. From this approach, it was possible to expose new ideas about the emergence of complexity of Southern Jê populations.

Keywords: Archaeology of southern Brazilian highlands; Pit houses; Southern Jê.

Referências bibliográficas

Alcina Franch, J. 1986. El Modelo Teorico de "Jefatura" y su aplicacion Al Area Andina Septentrional Norte. *Miscelaneas Antropologica Ecuatoriana*, 6: 265-288.

Araujo, A.G.M. 2001. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no*

Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Bandy, M.S. 2001. *Population and History in the Ancient Titicaca Basin*. Tese de doutorado. Berkeley: University of California.

- Beber, M.V. 2004. *O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé*. Tese de doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Beber, M.V. 2005. *O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé. Documentos 10: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS, p. 05-125.
- Blitz, J.H. 1999. Mississippian Chiefdoms and the Fission-Fusion Process. *American Antiquity* 64(4): 577-592.
- Caldarelli, S.B.; Herberts, A.L. 2002. Estruturas Habitacionais Escavadas na Bacia do Rio Chapecó, Extremo Oeste Catarinense. *Pesquisas, Antropologia* 58: 139-156.
- Chmyz, I. 1967. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas 6: 59-78.
- Copé, S.M. 2006. *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne.
- Copé, S.M.; Saldanha, J.D.M. 2002. Em busca de um Sistema de Assentamento para o Planalto Sul-Rio-Grandense: Escavações no Sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. *Pesquisas, Antropologia* 58: 107-120.
- Copé, S.M.; Saldanha, J.D.; Cabral, M.P. 2002. Contribuições para a Pré-história do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas, Antropologia* 58: 121-139.
- De Masi, M.A.N. 2002. Apresentação no Colóquio Casas Subterrâneas. Organização: Universidade Federal de Santa Maria-Laboratório de Ensino e Pesquisa Arqueológica, Santa Maria de 13 e 14 de Agosto.
- Forsberg, L.L. 1985. *Site Variability and Settlement Patterns: an analysis of the hunter-gather settlement system in the Lule river valley – 1500 B.C/A.D*. Tese de Doutorado. Umea: University of Umea.
- Fried, M.H. 1967. *The evolution of political society: an essay in political anthropology*. Nova York: Random House.
- Fried, M.H. 1968. On the Evolution of Social Stratification and the State. In: Manners, R.A.; Kaplan, D. (Eds.) *Theory in Anthropology: a sourcebook*. London: Routledge & Kegan Paul. 251-260pp.
- Iriarte, J.; Behling, H. 2007. The expansion of *Araucaria* Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology* 12(2): 115-127.
- Kern, A.A.; Souza, J.O; Seffner, F. 1989a. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação Pré-Histórica do Vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria). *Veritas* 35 (133): 99-127.
- Kern, A.A.; Souza, J.O; Seffner, F. 1989b. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação Pré-Histórica do Vale do Rio Pelotas. *Veritas* 34(134): 277-300.
- La Salvia, F. 1983. A Habitação Subterrânea: Uma Adaptação Ecológica. In: Wiemer, N.S.G. (Org). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 7-26pp.
- Mabilde, A.P.T. 1988. O índio Kaingáng do Rio Grande do Sul no século XIX. In: *Documentos 02: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 141-172.

- Mentz Ribeiro, P.A. 1980. Casas Subterrâneas no Planalto Meridional Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA* 9: 2-52.
- Mentz Ribeiro, P.A.; Ribeiro, C.T. 1985. Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do CEPA* 12(14): 49-105.
- Miller, E.T. 1967. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas 6: 15-38.
- Monticelli, G.; Landa, B.S. 1999. Vistoria Arqueológica em Cambará. *Revista do CEPA* 23(29): 162-169.
- Müller, L.M. 2008. *Sobre índios e ossos: Estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o Vale do Rio Pelotas no período pré-contato*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Oberg, K. 1955. Types of Social Structure among the lowland Tribes of South and Central America. *American Anthropologist* 57: 472-488.
- Orejas, A. 1998. El estudio del Paisage: visiones desde la Arqueología. In: *Arqueología Espacial*. Teruel, Espanha: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense / Instituto de Estudios Turolenses, v. 19-20, p. 9-19.
- Reis, J.A. 1997. *Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Reis, M.J. 1980. *A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Reitz, P.R.; Klein, R.M. 1966. Araucariáceas. *Flora Ilustrada Catarinense*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues.
- Rogge, J.H.; Schmitz, P.I. 2009. Pesquisas Arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas, Antropologia* 67: 23-132.
- Schmitz, P.I. 2003. *Projeto Vacaria II: Relatório da Pesquisa de Janeiro de 2003*. Instituto Anchieta de Pesquisas (inédito).
- Schmitz, P.I. et al. 1988. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Documentos 02: Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, p. 75-130.
- Schmitz, P.I. et al. 2002. O Projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. *Pesquisas, Antropologia* 58: 11-106.
- Schmitz, P.I.; Arnt, F.V.; Rosa, A.O.; Rogge, J. 2009. Taió, No Vale do Rio Itajaí, SC. O Encontro de Antigos Caçadores com as Casas Subterrâneas. *Pesquisas, Antropologia* 67: 185-320.
- Service, E.R. 1975. *Las Orígenes del Estado y de la Civilización*. Madrid: Alianza Editorial.
- Snarskis, M.J. 1987. The Archeological Evidence for Chiefdoms in Eastern and Central Costa Rica. In: Drennan, R.D.; Uribe, C.A. *Chiefdoms In The Americas*. Boston: University Press of America, p. 105-117.
- Steward, J.H.; Faron, L.C. 1959. *Native Peoples of South America*. New York: McGraw-Hill.
- Wiley, G.R. 1953. *Prehistoric Settlement in the Virú Valley, Peru*. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology Bulletin, n.15